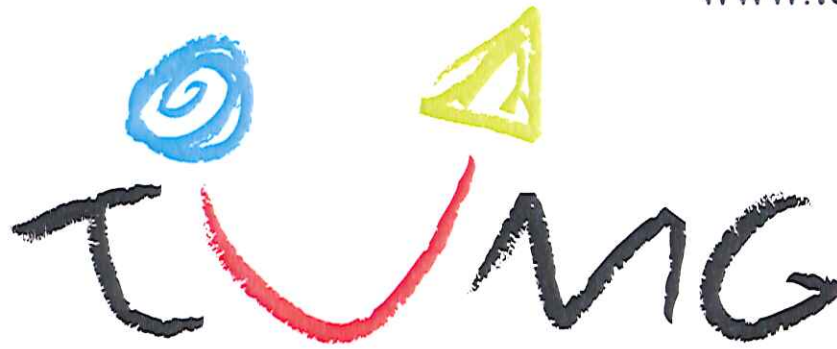


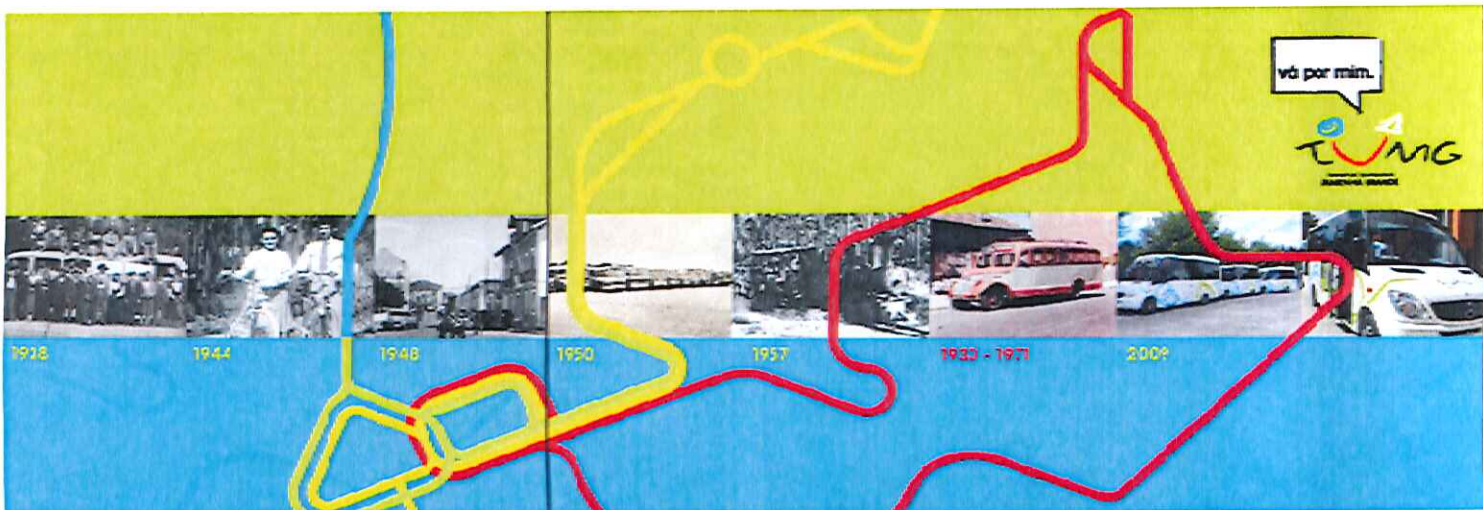
www.tumg.pt



TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE



**Relatório
de Gestão
e Contas
2013**



Índice:

Relatório de Gestão.....	1
Balanço.....	18
Demonstração de Resultados.....	19
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	20
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	21
Anexo.....	22



TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO : 2013

1 - Introdução

A Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a) O transporte de passageiros;
- b) A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

O presente relatório de gestão, elaborado no cumprimento do disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 26.º n.º1 alínea g) dos Estatutos da Empresa e no artigo 42.º n.º 1 alínea d) da citada Lei 50/2012, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2013.

Pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Tumg, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

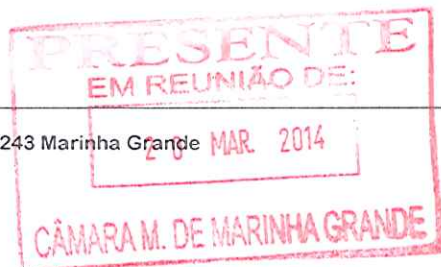
2 - Enquadramento Económico

2.1. A Nível Internacional

A tão desejada recuperação da economia mundial começou a dar sinais positivos no final de 2013. A economia da zona euro voltou a crescer, após quatro trimestres de quedas consecutivas. De acordo com o Eurostat, o PIB da zona euro aumentou 0,5% no último trimestre de 2013, comparativamente ao período homólogo de 2012. Na União Europeia, o crescimento homólogo da economia foi de 1%. No crescimento em cadeia, o PIB da zona euro aumentou 0,3% relativamente ao terceiro trimestre, enquanto o da União Europeia cresceu 0,4%.

Em comparação, o PIB dos EUA cresceu 3,2% entre outubro e dezembro, tendo o consumo registado a maior subida em três anos (+3,3%). O PIB da maior economia do globo saldou-se em 2013, com um crescimento na ordem dos 1,9 %.

Apesar dos progressos recentemente efetuados, muitos países continuam a ter dificuldades financeiras, muito em resultado das suas dívidas soberanas e da dúvida sobre a resolução da crise.



Handwritten signature and stamp of the Mayor of Marinha Grande.

2.2. A Nível Nacional

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, a economia portuguesa caiu 1,4% no conjunto de 2013, após uma queda de 3,2% em 2012, tendo no entanto registado um crescimento homólogo de 1,7% no último trimestre do ano, o que não acontecia desde 2010. Esta evolução é justificada pela recuperação da procura interna, refletindo principalmente o comportamento do consumo privado.

A procura externa líquida também contribuiu positivamente, devido à aceleração das exportações de bens e serviços.

Em termos reais e comparativamente com o terceiro trimestre, o PIB aumentou 0,5% entre outubro e dezembro do ano passado, tendo registado um crescimento em cadeia pelo terceiro trimestre consecutivo: + 0,3% no terceiro trimestre e +1,1% no segundo trimestre de 2013.

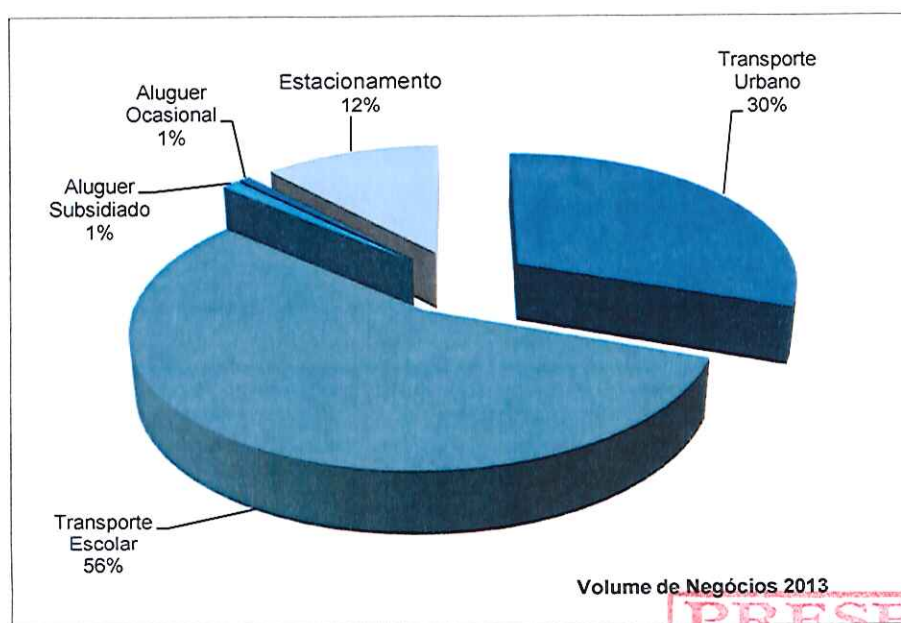
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No exercício de 2013, a Tumg obteve resultados positivos, que revelam o esforço iniciado conducente à contenção de gastos e a assunção de medidas de redução de custos, através da gestão criteriosa dos ativos da empresa, perspetivando o seu equilíbrio financeiro.

O volume de negócios atingiu um valor de 498.850,11 €, destacando-se o resultado líquido positivo alcançado de 43.183.48 €.

Este foi o 1º ano em que a Tumg operou sem o segmento de atividade “aluguer de máquinas”, pelo que embora tenha tido repercussão negativa no volume de negócios, facto é que contribuiu significativamente para a redução da rúbrica de fornecimentos e serviços externos.

O volume de negócios traduz-se na contribuição líquida de cada sector de atividade, conforme apresentado no gráfico seguinte:



Volume de Negócios 2013	
Transporte Urbano	152.636,44
Transporte Escolar	278.260,40
Aluguer Subsidiado	5.481,00
Aluguer Ocasional	3.673,98
Estacionamento	58.798,29
Total	498.850,11

A alínea b) do n.º1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, estabelece como critério de solvabilidade das empresas locais, o facto do peso contributivo dos subsídios à exploração não poder ser superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos. Nesta matéria, a Tumg cumpre uma vez mais este requisito, na medida em que, para o exercício de 2013, o rácio da indemnização compensatória/rendimentos totais, situou-se nos 44%.

3.1. Transporte Urbano

Importa referir que este serviço é anualmente subcontratado a empresas especializadas, na sequência do lançamento de um concurso público internacional. A empresa a quem foi adjudicada esta prestação de serviço em 2013, teve um desempenho bastante deficitário.

Se por um lado, o valor apresentado para a realização do serviço foi o mais baixo do mercado, por outro lado, o seu desempenho traduziu-se numa diminuição da qualidade do serviço prestado e consequente redução das receitas.

Uma das situações mais gravosas para a nossa atividade, foi o facto de muitas das vezes os autocarros não estarem equipados com as máquinas da bilhética, o que desvirtuou os índices de utilização e os valores da receita, impossibilitando uma monitorização fiável.

Confirmado o incumprimento e a fim de comprovar as irregularidades detetadas, a Tumg efetuou um levantamento exaustivo de todas as ocorrências, no período de vigência do contrato, através da análise diária dos registos da bilhética, provenientes do *software* para transportes "Datacar System". Os referidos registos resultam da utilização de cartões magnéticos, os quais são inseridos nas máquinas de bilhética. Foram extraídos mapas mensais, dos quais constam as datas, as linhas, os horários, o sentido do trajeto, o n.º da máquina, o n.º do comando, o n.º do motorista e o valor da receita.

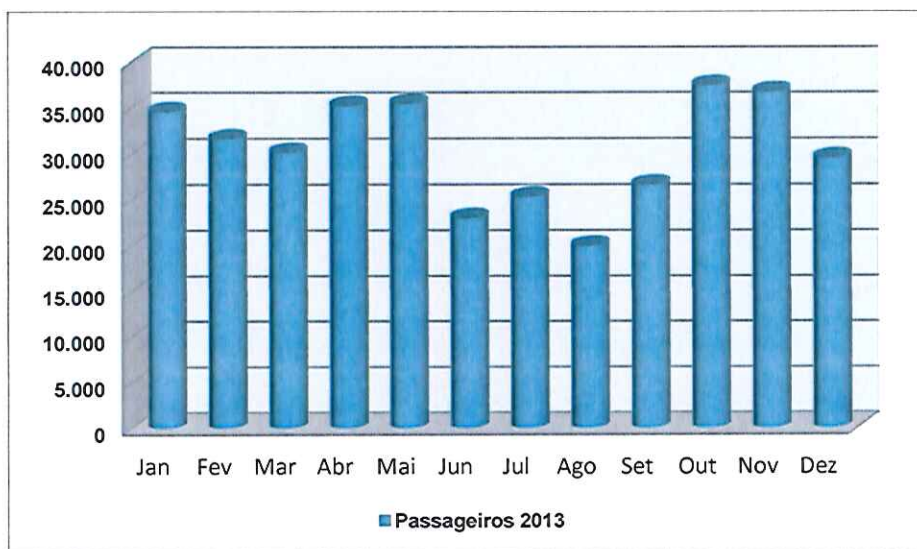
Apurados e comprovados estes factos, a nova administração encetou diligências no sentido de aplicar as penalidades contratuais legalmente previstas, pelo que o prestador do serviço foi notificado da intenção da administração da Tumg em aplicar penalidades contratuais pelos incumprimentos emergentes do contrato, de modo a ser ressarcida dos prejuízos incorridos pelos referidos incumprimentos.




Para este segmento de atividade, importa ainda referir que pelo quarto ano consecutivo, por orientação direta do acionista, não se verificou qualquer aumento de tarifas nos transportes urbanos, merecendo ainda referência, o facto de mais de 50% dos Utentes dos transportes urbanos da Marinha Grande usufruírem do passe subvencionado, pelo que o valor do subsídio à exploração foi calculado de modo a garantir a cobertura da diferença entre os custos e os proveitos.

Tarifário		Preço Unifário
TÍTULOS DE TRANSPORTE		
Passe	Gerol	€ 15,0
	Jovem	€ 7,50
	Sênior	€ 7,50
Pré-Comprado	10 viagens	€ 5,00
Bilhete de 1 viagem		€ 0,80
1/2 bilhete de 1 viagem		€ 0,40

Como consequência do desempenho deficitário da empresa prestadora do serviço, globalmente, o ano de 2013 registou um ligeiro decréscimo do número de Passageiros, conforme gráficos seguintes:



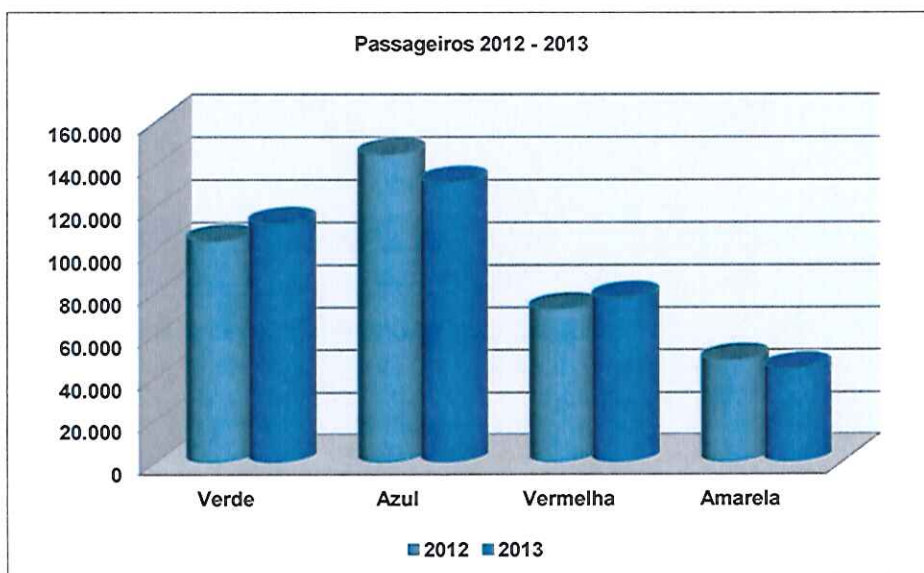
Passageiros 2013												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
34.612	31.681	30.207	35.256	35.493	23.072	25.398	20.035	26.696	37.465	36.752	29.593	366.260



[Handwritten signatures and initials]

De notar o facto das linhas verde e vermelha terem sofrido um ligeiro aumento em 2013, em detrimento das linhas azul e amarela:

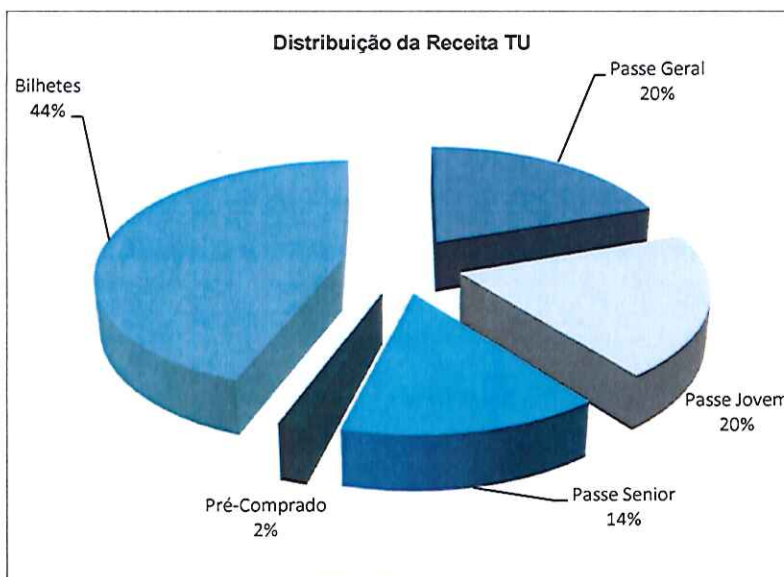
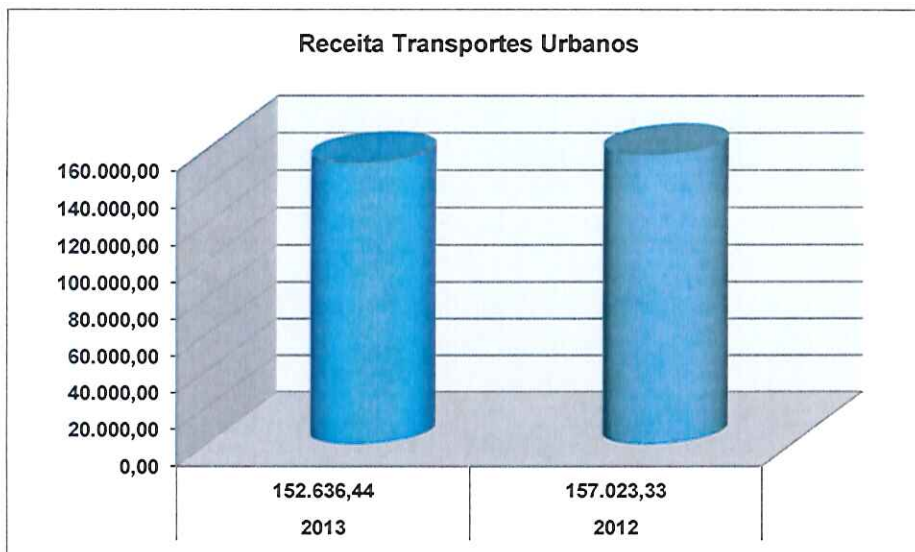
Nº Passageiros			
Linha	2012	2013	Variação
Verde	104.453	112.602	+ 8.149
Azul	144.995	131.851	-13.144
Vermelha	72.369	77.718	+ 5.349
Amarela	48.309	44.089	-4.220
Total	370.126	366.260	-3.866



A receita dos transportes urbanos teve a seguinte variação relativamente a 2012:

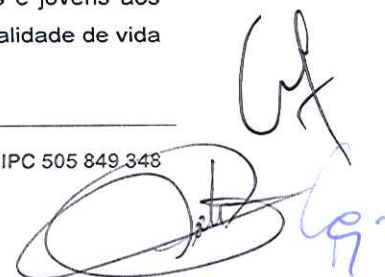
Receita Transportes Urbanos		
Ano	Valor	Variação
2013	152.636,44	-2.79 %
2012	157.023,33	



Passe Geral	Passe Jovem	Passe Sénior	Pré-Comprado	Bilhetes	Total
30.078,95	30.332,23	22.182,64	2.361,79	67.680,83	152.636,44

Ainda relativamente a este segmento de atividade, é importante referir que a Tumg, sendo uma empresa municipal de gestão de serviços de interesse local, atendendo ao perfil dos nossos Utentes, para além de se ter consolidado como empresa de transportes urbanos, desempenha um papel social de extrema importância na medida em que devolveu a mobilidade à população sénior da cidade, libertou as famílias da responsabilidade de transportar as suas crianças e jovens aos respetivos estabelecimentos de ensino, dando um grande contributo à melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

3.2. Estacionamento

Os gráficos seguintes confirmam uma ligeira diminuição da receita proveniente do estacionamento. Essa diminuição encontra justificação nas alterações efetuadas em 2012, após auscultação da população diretamente visada, que se traduziram na diminuição de número de lugares de estacionamento onerados.

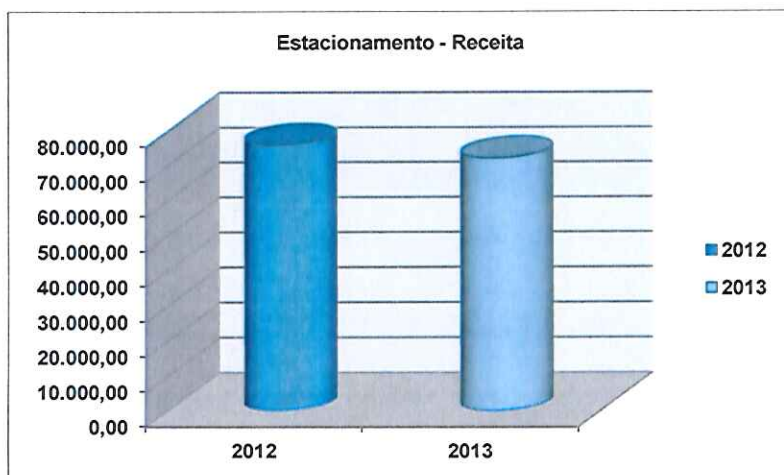
A reconversão do espaço da antiga fábrica de vidros J. Ferreira Custódio, cujas obras de demolição foram iniciadas em julho de 2013, também terá contribuído significativamente para a quebra da receita do estacionamento, na medida em que aquele espaço é usado como bolsa de estacionamento gratuito, desde agosto de 2013.

A Câmara da Marinha Grande lançou recentemente um concurso público para a recuperação e reconversão daquele espaço, cujo projeto prevê a qualificação do ambiente urbano através da reconversão de um espaço industrial desqualificado em espaço público, estando prevista a criação de uma zona de estacionamento com 108 lugares, constituindo uma alternativa ao estacionamento onerado, com a grande vantagem da proximidade dos locais mais procurados.

Este projeto poderá ainda forçar a redução da receita neste segmento de atividade, apesar de ser expectável um aumento da procura na zona do Parque da Cerca, com a conclusão da requalificação do património Stephens.

Ano	Valor (€)
2012	75.887,04
2013	72,321.90

Nota: Os valores traduzem todas as recolhas efetuadas até 31.12.2013, c/ IVA INCLUIDO.



Importa ainda mencionar que este segmento de atividade foi iniciado em 2011 e até à data o tarifário não sofreu quaisquer alterações, mantendo-se em vigor valores substancialmente inferiores aos praticados em Concelhos limítrofes:



1ª FRACÇÃO	0,15 euros	15 minutos
	0,20 euros	30 minutos
	0,30 euros	45 minutos
	0,40 euros	60 minutos
2ª FRACÇÃO	0,55 euros	75 minutos
	0,70 euros	90 minutos
	0,85 euros	105 minutos
	1,00 euros	120 minutos
3ª FRACÇÃO	1,20 euros	135 minutos
	1,40 euros	150 minutos
	1,60 euros	165 minutos
	1,80 euros	180 minutos

Nos termos do Regulamento Municipal de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande, a Tumg continua a emitir os cartões de estacionamento gratuito a residentes, porquanto o objetivo da implementação do estacionamento de duração limitada, continua a ser melhorar o fluxo de veículos nas principais ruas da cidade, abrindo espaços para a rotatividade de automóveis, beneficiando o comércio e os Municípes que vão ao centro para realização de compras ou deslocações a diversos serviços, nomeadamente camarários, bancários, culturais, etc., minimizando a dificuldade em encontrar um local para estacionar.

3.3. Transporte Escolar

O transporte escolar representa 56% do volume de negócios da Tumg, tendo sido assegurado por meios próprios, na percentagem de 40%, correspondendo à utilização de 3 mini bus e 1 autocarro de 57 lugares. Os restantes 60% resultaram da contratualização com uma empresa externa, na sequência do lançamento de um concurso público internacional, em conjunto com a prestação de serviços dos transportes urbanos, permitindo esta junção, a obtenção de ganhos significativos, em virtude do peso dos custos totais deste segmento terem sido inferiores aos previstos em orçamento. Em contrapartida, os valores da receita foram superiores aos valores orçamentados.

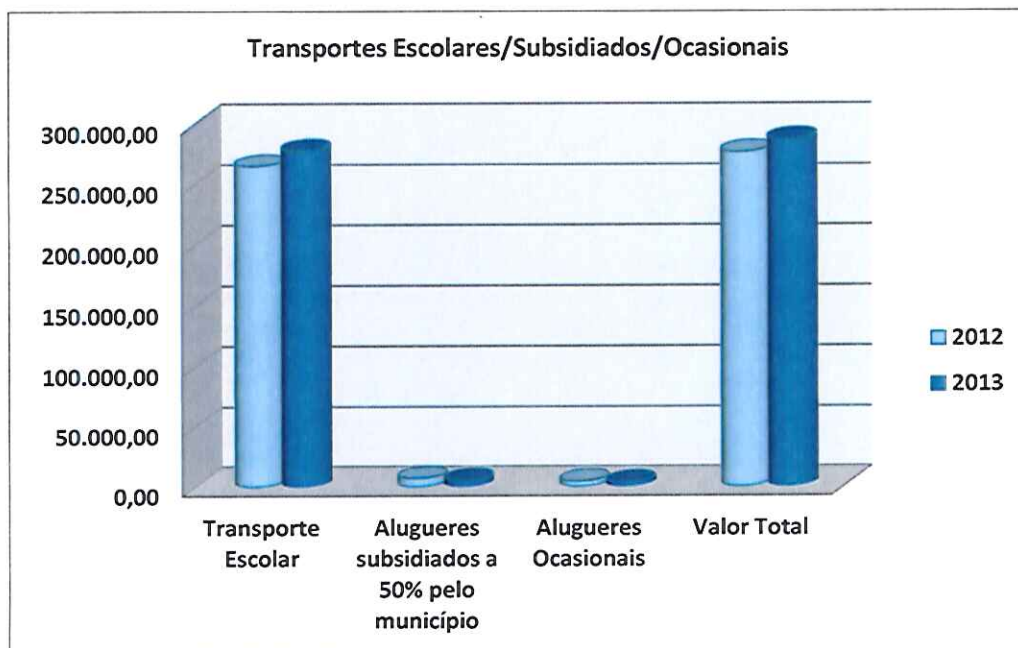



Destaca-se ainda o facto de a Tumg estar a assegurar o transporte escolar proveniente da freguesia da Moita, através da utilização de um autocarro de 57 lugares, sendo efetuados, diariamente, 5 horários escola/Moita/escola, o que permitiu ao acionista prescindir dos serviços da Rodoviária do Tejo.

Transporte	2013	Orçamento	Variação
Transporte Escolar	278.260,40	264.096,00	+5,36%
Alugueres subsidiados a 50% pelo município	5.481,00	18.816,00	-70,87%
Alugueres Ocasioneis	3.673,98	25.536,00	-85,61%
Total	287.415,38	308.448,00	

Relativamente à receita proveniente dos transportes subsidiados a 50% pelo Município, ficou aquém do valor previsto em orçamento, o que muito se deve à aplicação de medidas de controlo orçamental postas em prática pelo acionista.

Relativamente aos transportes ocasionais, apesar de a Tumg dispor de 4 viaturas e ser autossuficiente neste tipo de transporte, facto é que a procura tem vindo a diminuir, fruto da atual conjuntura macroeconómica adversa.



Transporte	2012	2013
Transporte Escolar	265.537,50	278.260,40
Alugueres subsidiados a 50% pelo município	7.080,51	5.481,00
Alugueres Ocasioneis	4.479,73	3.673,98
Total	277.097,74	287.415,38

4 – Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2013, a empresa integra no seu quadro sete trabalhadores efetivos, sendo quatro em regime de cedência de interesse público, pelo município.

NOME	CARGO	VINCULO
Maria de Fátima Malesso Cardoso	Administradora	Acordo de Cedência de Interesse Público
Francisco Fernando Gaspar Roldão	Responsável de Transportes	Acordo de Cedência de Interesse Público
Paula Alexandra dos Santos Ferreira	Assistente Técnica	Efetiva
Paula Margarida Monteiro Garcia	Assistente Técnica	Efetiva
Vitor Manuel da Silva Paulo	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
José Manuel Henriques Veras	Motorista	Efetivo
Armando Pereira Pinto	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público

5 – Administração

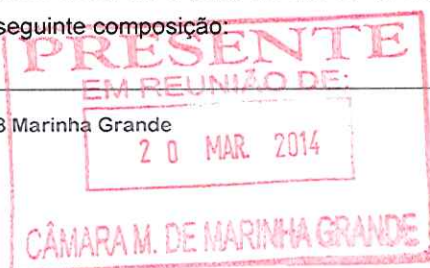
Por deliberação da Câmara de 21 de Janeiro de 2010, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, foi nomeado o Conselho de Administração da TUMG - EM, com a seguinte composição:

- Presidente: Dr. Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa
- Vogal: Paulo Jorge Campos Vicente
- Vogal: Francisco Fernando Gaspar Roldão

Tendo tomado posse no dia 15 de março de 2010.

Ainda pela mesma deliberação, foi nomeado como Fiscal Único da TUMG – EM, o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único suplente, o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo tomado posse a 18 de Março de 2010.

Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto de 2012, a partir do dia 31 de Janeiro de 2013, o Conselho de Administração passou a ter a seguinte composição:




- Presidente: Dr. Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa
- Vogal: Paulo Jorge Campos Vicente

A partir de 20 de maio de 2013, a Administração da Tumg permaneceu em gestão corrente, devido à ausência por motivos de saúde do seu Presidente, situação que motivou a sua substituição temporária em funções, pelo Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, desde o dia 08 de agosto de 2013.

O mandato dos titulares dos órgãos sociais da Tumg, coincide com o mandato dos titulares dos órgãos autárquicos. Nesta medida, por deliberação de Câmara de 14 de novembro de 2013, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado um novo Conselho de Administração, nos termos do artigo 8.º, dos estatutos da empresa, com a seguinte composição:

- Presidente: Paulo Jorge Campos Vicente
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malesso Cardoso

Tendo tomado posse no dia 20 de novembro de 2013.

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.

6 - Investimento

Em 2013, o investimento em imobilizado foi de 2.333,47 euros, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	2013	2012
Ativos Intangíveis		
Programas computador		
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	39.554,77
Equipamento Básico	2.268,44	103.855,88
Equipamento Administrativo	65,03	10.907,55
Investimento em Curso Ativos Tangíveis		
Total	2.333,47	154.318,20

7 - Análise Económica e Financeira

Introdução

Diversos fatores complementares surgidos em 2013, trouxeram implicações na vida da empresa, com reflexos no plano económico e financeiro, que se repercutiram neste exercício, implicando variações relativamente ao previsto no plano de atividades.




Financiamento

Em 2013 a empresa foi autossuficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

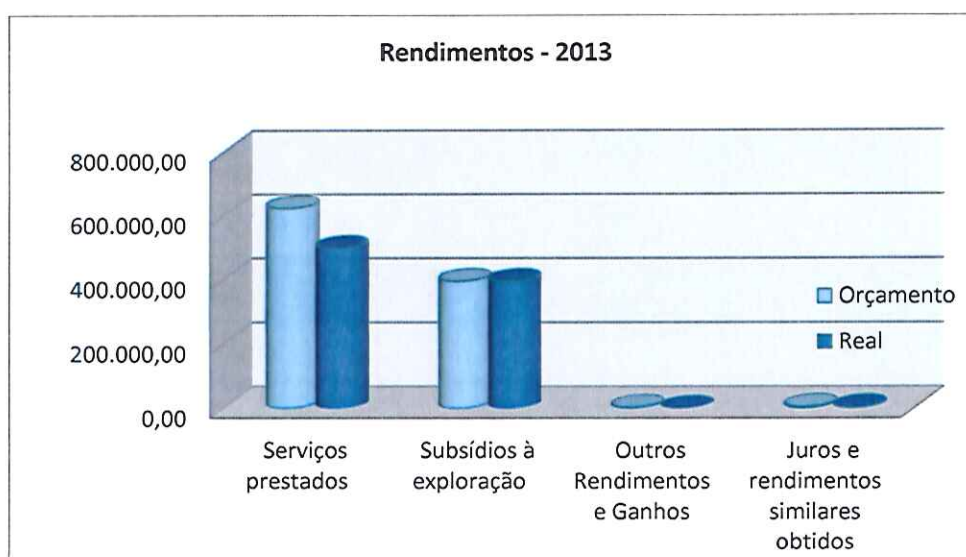
Rendimentos

Para o ano de 2013 a nossa previsão orçamental foi de 1.026.725,00 euros. No entanto os valores realizados foram de 898.546,25 euros.

Rubricas	2013		
	Orçamento	Real	Variação
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	623.548,00	498.850,11	-20,00%
Subsídios à exploração	395.177,00	395.177,16	0,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	3.000,00	380,54	-87,32%
Juros e rendimentos similares obtidos	5.000,00	4.138,44	-17,23%
Total	1.026.725,00	898.546,25	-12,48%

Da análise deste mapa, constata-se uma redução nos rendimentos, corresponde a uma diferença percentual de 12,48%. No entanto, esta redução no rendimento foi ultrapassada nos gastos e perdas, que registaram uma redução na ordem dos 16%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do réditto, para o período em análise.

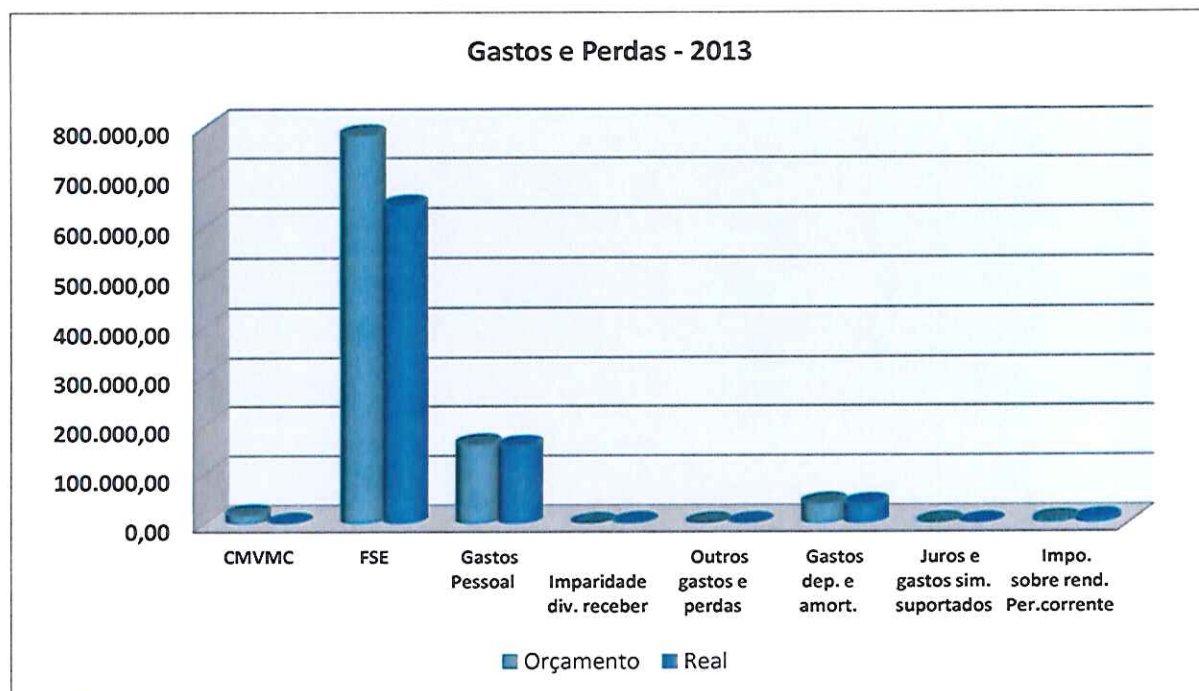


Gastos e Perdas

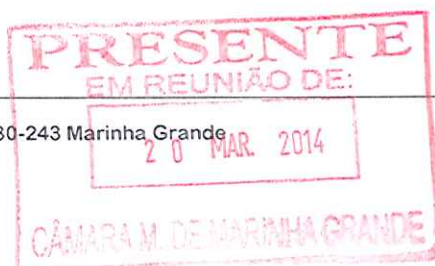
O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2013 foi de 1.007.427,95 euros. O realizado foi de 847.020,90 euros. No global apurou-se um desvio de 16%.

Rubricas	2013		
	Orçamento	Real	Variação
Gastos e perdas			
CMVMC	17.316,29	58,80	-99,66%
Fornecimentos e serviços externos	782.631,07	641.321,89	-18,06%
Gastos com o pessoal	159.987,78	156.455,61	-2,21%
Imparidade dívidas receber	0,00	1.673,83	100,00%
Outros gastos e perdas	633,92	1.032,98	62,95%
Gastos de depreciação e amortização	39.971,78	38.382,94	-3,97%
Juros e gastos similares suportados	1.454,76	320,51	-77,97%
Imposto sobre rendimento período-corrente	5.432,35	7.774,34	43,11%
Total	1.007.427,95	847.020,90	-15,92%

Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2013, comparativamente com os valores orçamentados:



Resultado



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se em 2013 um resultado líquido de 43.183,48 euros, conforme mapa seguinte:

Rubricas	Orçamento	2013	2012
Rendimentos	1.026.725,00	898.546,25	987.481,47
Gastos	1.007.427,95	847.020,90	1.038.520,44
Resultado Líquido (antes impostos diferidos)	19.297,05	51.525,35	-51.038,97

8 - Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2013
Resultados Transitados	38.800,00
Reserva Legal	4.383,48
Total	43.183,48

9 - Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem dívidas em mora ao Estado.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício:

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em atos fora do próprio objetivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efetuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

10 - Publicidade de Participação de Acionistas e das Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização




Entidades	31-12-2013
Participação de acionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações detidas por Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização:	
Paulo Jorge Campos Vicente - Presidente	0%
Maria de Fátima Malesso Cardoso - Vogal	0%
João Carlos Cunha da Cruz - Revisor Oficial de Contas	0%

11 – Considerações Finais

Apresentamos os nossos agradecimentos a todos aqueles que manifestaram confiança na Tumg, em particular aos nossos Utentes, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, sendo eles a única razão de ser desta empresa.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu inesgotável profissionalismo e empenho, elementos fundamentais para a sustentabilidade da Tumg.

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo.




Marinha Grande, 14 de Março de 2014

O Conselho de Administração



Paulo Jorge Campos Vicente

Presidente



Maria de Fátima Malessio Cardoso

Vogal



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		euros	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	390.075,99	426.083,78
Ativos intangíveis	7	0,00	41,68
Ativos por impostos diferidos	26	2.491,72	10.833,59
		392.567,71	436.959,05
Ativo Corrente			
Inventários	19	0,00	0,00
Clientes	28.1	6.520,88	11.559,77
Estados e outros entes públicos	31.1	34.418,56	47.249,65
Outras contas a receber	28.1	0,00	438,98
Diferimentos	31.2	826,68	2.770,12
Caixa e depósitos bancários	4.2/28.3	360.976,57	206.222,73
		402.742,69	268.241,25
Total do Ativo		795.310,40	705.200,30
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	31.3	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	31.3	22.331,80	22.331,80
Resultados transitados	61.3	163.158,48	152.600,95
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	31.3	43.183,48	-40.205,38
Total do Capital Próprio		566.673,76	472.727,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10/28.4	26.274,92	51.772,17
		26.274,92	51.772,17
Passivo corrente			
Fornecedores	28.1	145.350,42	139.510,93
Estado e outros entes públicos	31.1	12.560,61	4.385,50
Financiamentos obtidos	10/28.4	23.718,45	21.820,34
Outras contas a pagar	28.1	18.616,58	12.991,49
Diferimentos	31.2	2.115,66	1.992,50
		202.361,72	180.700,76
Total do passivo		228.636,64	232.472,93
Total do Capital Próprio e do Passivo		795.310,40	705.200,30

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31-12-2013	NOTAS	euros	
		PERÍODOS	
		2013	2012
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	21	498.850,11	654.371,84
Subsídios à exploração	21	395.177,16	305.425,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-58,80	-9.274,03
Fornecimentos e serviços externos		-641.321,89	-825.984,62
Gastos com o pessoal	29	-156.455,61	-146.844,33
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28.2	-1.673,83	-309,25
Outros rendimentos e ganhos	21	380,54	14.526,77
Outros gastos e perdas	0	-1.032,98	-15.583,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		93.864,70	-23.671,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-38.382,94	-39.171,34
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55.481,76	-62.843,10
Juros e rendimentos similares obtidos	21	4.138,44	13.157,86
Juros e gastos similares suportados	11	-320,51	-1.077,67
Resultado antes de impostos		59.299,69	-50.762,91
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	26	-7.774,34	-276,06
Imposto sobre o rendimento do período - Diferido	26	-8.341,87	10.833,59
Resultado líquido do período		43.183,48	-40.205,38
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração




DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										euro			
	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
POSICÃO NO INÍCIO DE 2012	338.000,00	0,00	0,00	0,00	19.846,90	0,00	130.240,95	0,00	0,00	0,00	24.844,90	512.932,75	0,00	512.932,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas					2.484,90		22.360,00							
Outras alterações reconhec. no capital próprio														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											-40.205,38			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Entradas para cobertura de perdas														
POSICÃO NO FIM DE 2012	338.000,00	0,00	0,00	0,00	22.331,80	0,00	152.600,95	0,00	0,00	0,00	-40.205,38	472.727,37	0,00	472.727,37
POSICÃO NO INÍCIO DE 2013	338.000,00	0,00	0,00	0,00	22.331,80	0,00	152.600,95	0,00	0,00	0,00	-40.205,38	472.727,37	0,00	472.727,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											43.183,48			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO 2013	338.000,00	0,00	0,00	0,00	22.331,80	0,00	163.158,48	0,00	0,00	0,00	43.183,48	566.673,76	0,00	566.673,76

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		957.664,62	1.077.882,43
Pagamentos a fornecedores		-635.747,97	1.021.194,06
Pagamentos ao pessoal		-151.591,38	-146.844,33
Caixa gerada pelas operações		170.325,27	-90.155,96
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		7.732,39	-7.456,33
Outros recebimentos/pagamentos		3.486,00	15.766,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		181.543,66	-81.845,50
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-2.870,17	-215.118,20
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2.870,17	-215.118,20
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-23.599,14	-23.157,17
<i>Juros e gastos similares</i>		-320,51	-1.077,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-23.919,65	-24.234,84
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		154.753,84	-321.198,54
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		206.222,73	527.421,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2/28.3	360.976,57	206.222,73

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração




ANEXO

1 - Identificação da Entidade

1.1. – Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, Unipessoal SA

1.2. – Sede

Rua do Matadouro, s/n, 2430-257 Marinha Grande

1.3. – NIPC

505 849 348

1.4. – Natureza da Atividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de Novembro de 2001, cujos estatutos foram publicados no DR nº 285 de 10 de Dezembro de 2002.

A Tumg presta serviços na área do Município da Marinha Grande de Transportes Públicos de Passageiros.

2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

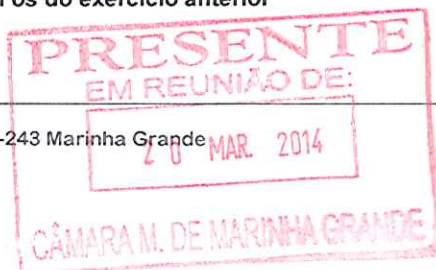
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no nº 2 do artigo 3º. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2. – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período do exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC

2.3. – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica



2.4. – Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3 - Principais Políticas Contabilísticas

3.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

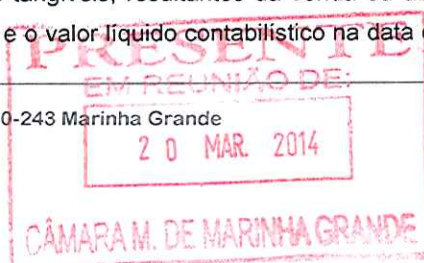
Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 Anos
Outas Instalações de Uso Específico	10 Anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate,




sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo ao ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

Mercadorias e matérias-primas:

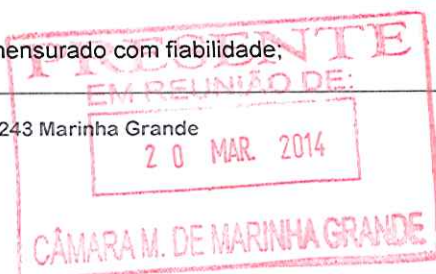
As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo (First In, First Out), como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecida líquido de imposto, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde quer todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade,



- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

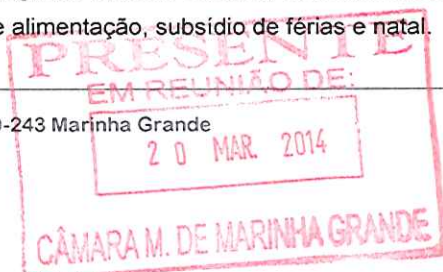
As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “ outras contas a receber e a pagar” e “ deferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.



As obrigações de correntes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4 - Fluxos de Caixa

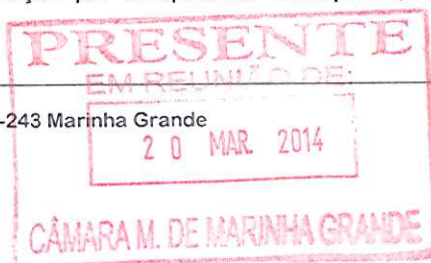
4.1. - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	Corresponde ao saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	358.416,57	
Depósitos a prazo	13	2.000,00	
Total		360.976,57	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da TUMG.

5 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes




rubricas do exercício de 2011, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6 - Partes Relacionadas

Não se aplica

7 - Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Ativos Intangíveis					31-12-2013
	31-12-2012	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	
Ativos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	83,32		41,68			125,00
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	83,32	0,00	41,68	0,00	0,00	125,00
Ativo Intangível Líquido	41,68	0,00	41,68	0,00	0,00	0,00

8 - Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:




Descrição	Ativos Tangíveis Brutos					31-12-2013
	31-12-2012	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	19.390,00	0,00		0,00	0,00	19.390,00
Edifícios e Out. Construções	158.524,77	0,00		0,00	0,00	158.524,77
Equipamento Básico	513.616,85	0,00	2.268,44	4.000,00	0,00	511.885,29
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	61.795,14	0,00		0,00	0,00	61.795,14
Outros ativos Tangíveis	108,33	0,00	65,03	0,00	0,00	173,36
Investim. curso Ativos Tangiv.	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	753.435,09	0,00	2.333,47	4.000,00	0,00	751.768,56
Depreciações Acumuladas	327.351,31		38.341,26	4.000,00		361.692,57
Perdas por Imparidade						
Depreciação Acumulada	327.351,31	0,00	38.299,60	4.000,00	0,00	361.692,57
Ativo Tangível Líquido	426.083,78	0,00	0,00	0,00	0,00	390.075,99

9 - Ativos não correntes detidos para venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Não se aplica

10 - Locações

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Ano 2014	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	23.718,45	26.274,92	0,00	49.993,37

A depreciação incidiu sobre o valor de aquisição.

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2014	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	23.718,45	26.274,92	0,00	49.993,37

Em 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	< 1 Ano	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	23.718,45	26.274,92	0,00	49.993,37

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

11 - Custo dos Empréstimos Obtidos

O custo dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2013	2012
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	320,51	1.077,67
Outros	0,00	0,00
Total	320,51	1.077,67

12 - Propriedades de Investimento

Não se aplica

13 - Imparidade de Ativos

Perdas por imparidade reconhecidas no período:

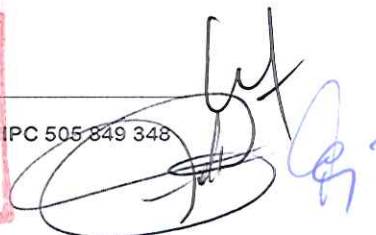
Perdas por imparidade reconhecidas durante o período	2013	2012
Dividas de clientes	1.673,83	309,25
Total	1.673,83	309,25

14 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

Não se aplica

15 - Concentração de Atividades Empresariais

Não se aplica

16 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Não se aplica

17 - Exploração e Avaliação de Recursos Naturais

Não se aplica

18 - Agricultura

Não se aplica

19 - Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 não haviam existências de mercadorias ou matérias-primas, os inventários da entidade não tinham qualquer valor pelo que o seu detalhe é conforme segue:

Rubricas de Inventários	2013			2012		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
Matérias-primas, Subsidiárias Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quantia de Inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, detalham-se conforme segue:




Movimentos	2013		2012	
	Mercadorias	Matérias-Primas Subsid. e Consumo	Mercadorias	Matérias-Primas Subsid e Consumo
Saldo Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	58,80	0,00	9.274,03
Regularizações	0,00		0,00	
Saldo Final	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos do Exercício	0,00	58,80	0,00	9.274,03

20 - Contratos de Construção

Não se aplica

21 - Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito, reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2013	2012	Variação
Vendas			
Subprodutos, Desperdícios e Refugos	0,00	100,00	-100,00
Prestação de serviços			
Aluguer de Máquinas	0,00	153.465,10	-153.465,10
Aluguer de Autocarros	287.415,38	277.097,74	10.317,64
Transportes Públicos de Passageiros	152.636,44	157.023,33	-4.386,89
Estacionamento	58.798,29	61.685,87	-2.887,58
Serviços Secundários	0,00	4.999,80	-4.999,80
Subsídios à exploração			
Contrato-Programa	395.177,16	305.425,00	89.752,16
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	380,54	14.526,77	-14.146,23
Juros			
Depósitos bancários	4.138,44	13.157,86	-9.019,42
Total	898.546,25	987.481,47	-88.935,22

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2013 e 2012, são provenientes de:

Subsídios à exploração	2013	2012
Contrato de Gestão	0,00	0,00
Contrato-Programa	395.177,16	305.425,00
Total	395.177,16	305.425,00




22 - Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes

Não se aplica

23 - Subsídio do Governo e Apoios do Governo

Não se aplica

24 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Não se aplica

25 - Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2014.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

26 - Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 podem ser detalhadas como segue:

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:

Imposto sobre o Rendimento	2013	2012
Resultados antes de impostos	59.299,69	-50.762,91
Taxa nominal de imposto		
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	7.774,34	276,06
Imposto diferido	8.341,87	10.833,59
Total	567,53	-10.557,53




27 - Matérias Ambientais

Não se aplica

28 - Instrumentos Financeiros

28.1. – Fornecedores/Clientes/Outras Contas a Receber e a Pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Ativos e passivos correntes	2013			2012		
	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Ativos						
Cientes	11.377,71	4.856,83	6.520,88	14.742,77	3.183,00	11.559,77
Outras contas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	11.377,71	4.856,83	6.520,88	14.742,77	3.183,00	11.559,77
Passivos						
Fornecedores	145.350,42	0,00	145.350,42	139.510,93	0,00	139.510,93
Outras Contas a Pagar	18.616,58	0,00	18.616,58	12.991,49	0,00	12.991,49
Total do Passivo	163.967,00	0,00	163.967,00	152.502,42	0,00	152.502,42

28.2. – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades Acumuladas de acordo com a Antiguidade dos Valores em Dívida	Dívida de Clientes	Perdas por Imparidade Acumul. das Dívidas dos Clientes	%
Mora de 6 a 12 Meses	550,00	137,50	25%
Mora de 12 a 18 Meses	1.623,60	811,80	50%
Mora mais de 18 a 24 Meses	312,70	234,53	75%
Mora mais de 24 Meses	3.673,00	3.673,00	100%
Total	6.159,30	4.856,83	



[Handwritten signatures and initials]

28.3. – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2013	2012
Ativos		
Caixa	560,00	560,00
Depósitos à ordem	358.416,57	130.662,73
Outros depósitos bancários	2.000,00	75.000,00
Total	360.976,57	206.222,73

28.4. – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via da locação financeira (ver nota 10), apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2013		2012	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Locação Financeira				
Caixa Leasing	23.718,45	26.274,92	21.820,34	51.772,17
Total		49.993,37		73.592,51

29 - Benefícios de Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2013	2012
Remunerações	126.369,78	120.972,05
Encargos sobre remunerações	24.503,10	21.584,83
Seguros de acidentes de trabalho	1.887,22	2.594,10
Outros gastos	3.695,51	1.693,35
Total	156.455,61	146.844,33

30 - Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Não se aplica

31 - Outras Informações

31.1. – Estado e outros Entes Públicos




Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “ Estado e outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	2013	2012
	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o Rendimento - Pagamento por Conta	0,00	7.732,39
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	1.136,35	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado a Recuperar	33.281,93	39.517,26
Total	34.418,28	47.249,65
Passivos		
Imposto sobre o Rendimento Estimado	7.774,34	276,06
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	1.632,19	1.442,05
Imposto sobre o Valor Acrescentado a Pagar	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	2.114,36	2.012,27
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	1.039,72	655,12
Total	12.560,61	4.385,50

31.2. – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2013	2012
	Corrente	Corrente
Ativos		
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	826,68	2.770,12
Seguros	0,00	0,00
Total	826,68	2.770,12
Passivos		
Rencimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	2.115,66	1.992,50
Total	2.115,66	1.992,50

31.3. – Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Capitais Próprios	2013	2012
Capital próprio		
Capital Realizado	338.000,00	338.000,00
Reservas Legais	22.331,80	22.331,80
Resultados Transitados	163.158,48	152.600,95
Resultado Líquido do Período	43.183,48	-40.205,38
Total	566.673,76	472.727,37

31.4. – Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto

Conforme se demonstra no quadro seguinte, nos três últimos exercícios não se verificam nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d):

Lei n.º 50/2012	2010	2011	2012
Alínea a):			
Vendas/Prestação de Serviços	654.705,19 €	632.636,89 €	654.371,84 €
Gastos Totais	801.947,79 €	872.057,10 €	1.038.244,38 €
%(V+PS/Gastos Totais)	82%	73%	63%
Alínea b):			
Subsídios	177.914,85 €	264.000,00 €	305.425,00 €
Receitas Totais	839.876,59 €	906.360,89 €	987.481,47 €
% (Subsídios/Receitas Totais)	21%	29%	31%
Alínea c):			
Resultado Operacional	36.665,93 €	26.274,34 €	- 62.843,10 €
Alínea d):			
Resultado Líquido	29.440,17 €	24.844,90 €	- 40.205,38 €

Marinha Grande, 14 de Março de 2014

TOC nº 10 677



Fernando J Carvalho

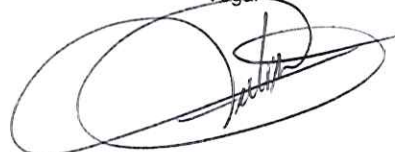
Conselho de Administração

Presidente



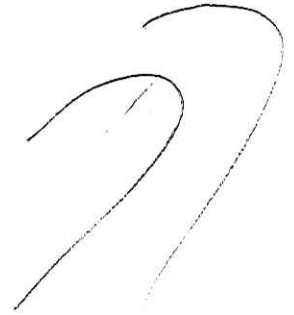
Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal



Maria de Fátima Malesso Cardoso





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2013

Exmo. Accionista Único

da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA

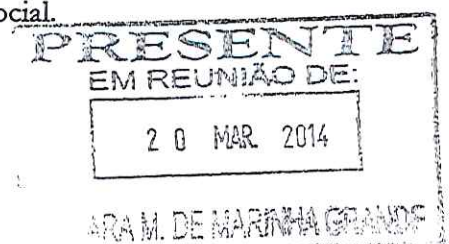
De acordo com o disposto alínea j) do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como à verificação dos valores patrimoniais da empresa e por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

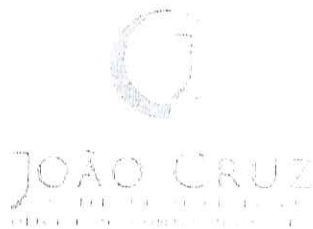
Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

1

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.





Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da empresa, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Accionista Único,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

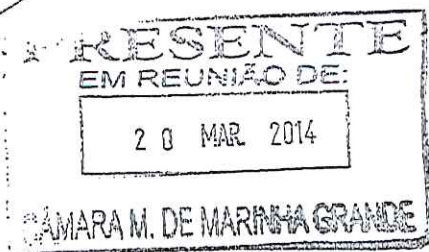
- a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2013;
- b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

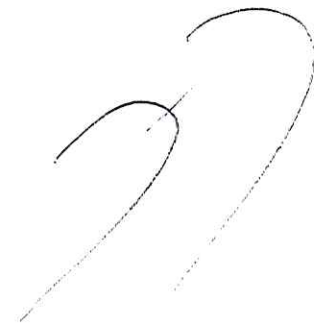
Marinha Grande, 14 de Março de 2014

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução:

1. Examinamos as demonstrações financeiras da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 795.310,40 euros e um total de capital próprio de 566.673,76 euros, incluindo um resultado líquido de 43.183,48 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades:

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

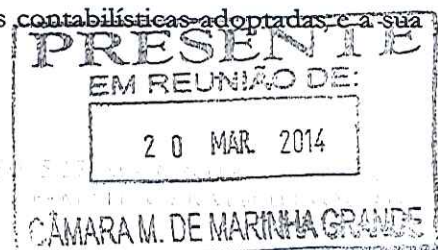
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

1

Âmbito:

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com o os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais:

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Marinha Grande, 14 de Março de 2014

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228

